

COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS RIOS MACAÉ E DAS OSTRAS

Rua Santa Catarina 219, 5º Andar, Salas 502 e 503, Extensão do Bosque – Rio das Ostras-RJ.

Telefone: (22) 3034-2358:: E-mail: contato@comitemacaeostras.org.br

Site: www.comitemacaeostras.org.br

1 ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DA PLENÁRIA DO COMITÊ DE BACIA
2 HIDROGRÁFICA DOS RIOS MACAÉ E DAS OSTRAS, realizada no dia 22 de agosto de 2025
3 por videoconferência. Ao vigésimo segundo dia do mês de agosto de dois mil e vinte e cinco, às
4 nove horas em primeira convocação, e às nove horas e quinze minutos em segunda convocação,
5 deu-se início a Reunião Ordinária da Plenária do Comitê de Bacia Hidrográfica dos Rios Macaé
6 e das Ostras, com a seguinte relação de presença: *Setor Poder Público*: Serviço Autônomo de
7 Água e Esgoto de Rio das Ostras - SAAE – RO, representado pela Sra. Juliana Gomes Paula;
8 Prefeitura Municipal de Macaé, representada pela Sra. Evelyn Raposo da Silva; Secretaria de
9 Estado do Ambiente e Sustentabilidade – SEAS, representada pelo Sr. Leonardo Silva Fernandes;
10 Prefeitura Municipal de Conceição de Macabu, representada pela Sra. Ângela Barros Mota
11 Arêas; Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro –
12 EMATER-Rio, representada pelo Sr. Affonso Henrique de Albuquerque Junior; Prefeitura
13 Municipal de Rio das Ostras, representada pelo Sr. Jolnnye Rodrigues Abrahão; Prefeitura
14 Municipal de Nova Friburgo, representada pelo Sr. Pedro Higgins Ferreira de Lima. *Setor*
15 *Sociedade Civil*: Instituto Bioacqua de Prom. de Des. Sust. e Defesa do Meio Ambiente –
16 BIOACQUA, representado pela Sra. Leideane Freire da Silva; Centro de Estudos e Conservação
17 da Natureza – CECNA, representado pelo Sr. Eduardo Bini da Silva; Instituto Visão Social,
18 representado pelo Sr. Thiers Porfirio Wilberger; Movimento S.O.S. Praia do Pecado,
19 representado pela Sra. Thayná Fernandes Ribeiro Toledo; Instituto Federal de Educação, Ciência
20 e Tecnologia Fluminense - Campus Macaé, representada pela Sra. Maria Inês Paes Ferreira;
21 Associação dos Gestores Ambientais de Nova Friburgo, representada pelo Sr. Marcelo Acha
22 Alexandre; Associação de Promotores e Criadores de Práticas e Saberes Sustentáveis – Casa dos
23 Saberes, representada pela Sra. Lia Carla Carneiro Caldas; Associação de Moradores e
24 Produtores Rurais da Gleba Maria Amália, representada pela Sra. Marilúcia Aparecida Soares;
25 Associação Raízes, representada pela Sra. Aline Lázaro Ceará. *Setor Usuários de Recursos*
26 *Hídricos*: Rio + Saneamento BL3 S.A., representada pela Sra. Luiza Crispim de Souza
27 Gonçalves; BRK Ambiental, representada pelo Sr. Otávio José Costa Martins; Marlim Azul
28 Energia S.A., representada pela Sra. Raphaela Moreira Ferreira; Associação Brasileira de
29 Geração de Energia Limpa – ABRAGEL, representada pela Sra. Maria Aparecida Borges P.
30 Vargas; Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE, representada pelo Sr. Reginaldo
31 Ramos; Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A., representada pelo Sr. Fernando Jakitsch
32 Medina; Vale Azul Energia, representada pelo Sr. Mauro Sergio Adiala Calixto; IPAR
33 Participações LTDA, representada pelo Sr. Benjamin Benzaquen Sicsú; Associação de
34 Pescadores e Trabalhadores da Pesca Artesanal de Rio das Ostras, representada pela Sra. Ana
35 Telis Rodrigues de Oliveira. *Ausências justificadas*: Águas de Nova Friburgo S.A. *Convidados*:
36 Daniele Pereira (CILSJ); Thiago Cardoso (CILSJ); Moema Acselrad (SEAS); Karoliny Barreto
37 (CILSJ); Lucas Bernardes (MPRJ); Adriana Bocaíuva (FFCBH). A reunião foi presidida pela
38 Diretora Presidente do CBH Macaé, Sra. Maria Inês Paes Pereira sendo a pauta inicial composta
39 pelos seguintes itens: 1) Aprovação da ata da reunião de Plenária de 27/06/2025; 2) Aprovação

COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS RIOS MACAÉ E DAS OSTRAS

Rua Santa Catarina 219, 5º Andar, Salas 502 e 503, Extensão do Bosque – Rio das Ostras-RJ.

Telefone: (22) 3034-2358:: E-mail: contato@comitemacaeostras.org.br

Site: www.comitemacaeostras.org.br

40 da minuta de resolução sobre o reajuste do PPU da RH VIII após retorno dos usuários; 3)
41 Aprovação de ajuda de custo para os palestrantes para os eventos do CBH Macaé Ostras; 4)
42 Aprovação de aquisição de brinde para premiação no Fórum Água e Juventude; 5) Aprovação de
43 ajuda de custo para participação do CBH no XV ECOGERCO; 6) Aprovação de minuta de
44 resolução sobre o uso do transporte em eventos; 7) Debate sobre elaboração de carta de
45 recomendação ao Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas quanto ao não uso de
46 plástico em eventos; 8) Aprovação da realização de Seminário de Saneamento Básico; 9)
47 Definição e aprovação do quantitativo de impressões da revista de atividades; 10) Informe sobre
48 as manifestações do CBH Macaé Ostras acerca do PL 2159/2021; 11) Informe sobre a
49 aprovação *ad referendum* à Plenária de participante para GT Juventudes; 12) Informes Gerais.
50 Realizadas as alterações solicitadas a pauta da reunião ficou assim composta: **1) Aprovação da**
51 **ata da reunião de Plenária de 27/06/2025; 2) Aprovação da minuta de resolução sobre o**
52 **reajuste do PPU da RH VIII após retorno dos usuários; 3) Aprovação de ajuda de custo**
53 **para os palestrantes para os eventos do CBH Macaé Ostras; 4) Aprovação de aquisição de**
54 **brinde para premiação no Fórum Água e Juventude; 5) Aprovação de ajuda de custo para**
55 **participação do CBH no XV ECOGERCO; 6) Aprovação de minuta de resolução sobre o**
56 **uso do transporte em eventos; 7) Debate sobre elaboração de carta de recomendação ao**
57 **Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas quanto ao não uso de plástico em**
58 **eventos; 8) Aprovação da realização de Seminário de Saneamento Básico; 9) Definição e**
59 **apropvação do quantitativo de impressões da revista de atividades; 10) Informe sobre as**
60 **manifestações do CBH Macaé Ostras acerca do PL 2159/2021; 11) Informe sobre a**
61 **apropvação *ad referendum* à Plenária de participante para GT Juventudes; 12) Informes**
62 **Gerais.** Iniciada a reunião, no **ponto de pauta 1**, a ata foi aprovada sem alterações. Prosseguiu-
63 se para o **ponto de pauta 2**, A sra. Maria Inês, contextualizou a discussão sobre o ajuste do Preço
64 Público Unitário (PPU) da água. Ela explicou que uma minuta da resolução foi elaborada a partir
65 de estudos do programa RUA e de uma oficina de trabalho. Quando a proposta foi apresentada
66 na Plenária anterior, o Setor de Usuários solicitou um prazo de 30 dias para avaliação. O pedido
67 foi aceito, e o prazo também foi estendido pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos –
68 CERHI. Após a extensão, tanto o setor de usuários quanto a sociedade civil apresentaram suas
69 manifestações. As Câmaras Técnicas do Comitê revisaram as propostas e, em uma reunião
70 conjunta, decidiram manter o texto original da resolução. Essa decisão foi reforçada por um
71 parecer jurídico do Consórcio, que validou o trabalho do Comitê. Como não houve alterações, a
72 mesma minuta foi reapresentada na plenária para aprovação. O objetivo é que, uma vez aprovada,
73 a resolução seja encaminhada ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos para que o reajuste do
74 PPU possa ser implementado a partir do próximo ano. O Sr. Affonso Albuquerque
75 complementou, detalhando a proposta de ajuste do PPU. Ele resume que a proposta original,
76 discutida na oficina de trabalho, prevê um aumento igual para todos os usuários no próximo ano,
77 seguido por aumentos escalonados nos três anos subsequentes. Ele destacou, no entanto, que o
78 Setor de Usuários (com exceção do setor de saneamento) propôs uma alteração: manter apenas o

COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS RIOS MACAÉ E DAS OSTRAS

Rua Santa Catarina 219, 5º Andar, Salas 502 e 503, Extensão do Bosque – Rio das Ostras-RJ.

Telefone: (22) 3034-2358:: E-mail: contato@comitemacaeostras.org.br

Site: www.comitemacaeostras.org.br

79 aumento para o próximo ano e descartar os aumentos dos três anos seguintes. Ele reforça a
80 necessidade de o Comitê garantir recursos para seus programas e investimentos. Portanto, ele
81 identifica duas propostas para votação: a proposta original, que veio da CTIL e do GT Cobrança,
82 e a proposta alternativa apresentada pelos Usuários. O Sr. Leonardo Fernandes questionou se a
83 plenária terá a oportunidade de ouvir os argumentos dos usuários antes da votação. Ele relembra
84 que, na plenária anterior, os Usuários não haviam aceitado a proposta integralmente e, por isso,
85 foi dada a eles a chance de apresentar seus argumentos. Ele acredita que seria importante ouvir
86 esses pontos para que a votação fosse mais bem embasada. A Sra. Maria Inês explicou que,
87 devido à extensão dos documentos, não seria viável lê-los na íntegra durante a Plenária. Ela
88 sugeriu que um representante de cada setor resuma seus respectivos argumentos. Foi definido
89 que a equipe técnica irá projetar os documentos na tela e os representantes do setor de usuários e
90 da sociedade civil terão cinco minutos cada para apresentar um resumo de seus argumentos. A
91 palavra foi passada ao Sr. Fernando Medina, representante do setor de usuários, ele apresentou a
92 posição do grupo sobre o reajuste do PPU, ressaltando que, apesar de concordarem com um
93 aumento, tinham ressalvas significativas. O setor concordou com um reajuste inicial para o
94 próximo ano, alinhado à proposta feita para o setor de saneamento. Esse ajuste seria de R\$ 0,084
95 por metro cúbico, somado à inflação, o que poderia totalizar um aumento de até 28%. A principal
96 preocupação, porém, era que o estudo que embasou a proposta usou dados de 2022. Naquela
97 época, a UTE Norte Fluminense operava com um contrato de venda de energia que terminou em
98 dezembro de 2024. Segundo ele, a realidade econômica mudou drasticamente em 2025, com uma
99 queda na receita líquida representando no primeiro semestre de 2025, 0,47% do valor de 2024
100 para o mesmo período, o que tornava as premissas do estudo original insustentáveis.
101 Além disso, o setor questionou a referência ao estado do Ceará para justificar um PPU final de
102 R\$ 0,15, alegando a falta de similaridade técnica para essa comparação. Ele concluiu que, embora
103 a proposta de concordar com o aumento inicial fosse um esforço de consenso, o grupo acreditava
104 que sua posição era mais coerente com os princípios de proporcionalidade e isonomia, diante do
105 cenário econômico atual. A Sra. Raphaela Ferreira reforçou que o grupo de usuários era unânime
106 na concordância sobre a necessidade de reajustar o PPU e de fortalecer o Comitê para que pudesse
107 investir na recuperação da bacia. Ela abordou as preocupações do setor, sendo: 1) *o aumento proporcional*, onde a proposta do setor de usuários busca um reajuste justo e proporcional, que,
108 segundo ela, manteria a homogeneidade de tratamento para todos os usuários. A ideia era igualar
109 o aumento ao proposto para o saneamento (R\$ 0,084 por m³) e, depois, aplicar apenas a correção
110 do IPCA anualmente. Raphaela destacou que, com essa estratégia, o PPU se aproximaria dos R\$
111 0,13 em poucos anos, mostrando que o valor não ficaria "congelado". 2) *A falta de repasse*, onde
112 ela explicou que, ao contrário do setor de saneamento, que repassa os custos aos consumidores,
113 o setor elétrico não tem essa prerrogativa. A Marlim Azul, por exemplo, opera com um preço de
114 energia fixado em um leilão de 2017, reajustado somente pela inflação. Um aumento no PPU não
115 pode ser repassado, impactando diretamente o setor. 3) *Bandeira Vermelha*, ela esclareceu um
116 ponto frequentemente debatido. Explicou que o valor arrecadado com a bandeira vermelha nas
117

COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS RIOS MACAÉ E DAS OSTRAS

Rua Santa Catarina 219, 5º Andar, Salas 502 e 503, Extensão do Bosque – Rio das Ostras-RJ.

Telefone: (22) 3034-2358:: E-mail: contato@comitemacaeostras.org.br

Site: www.comitemacaeostras.org.br

118 contas de energia não é revertido para as empresas geradoras, mas sim para um fundo da Aneel
119 para garantir a estabilidade do sistema, desmentindo a crença de que as geradoras estariam
120 lucrando com essa tarifa extra. Encerrou sua fala reforçando a importância de um aumento que
121 respeite a proporcionalidade e a segurança jurídica, e se colocou à disposição para responder a
122 quaisquer dúvidas. A Sr. Maria Inês elogiou a clareza das apresentações, comentou que as
123 explanações técnicas foram excelentes e provavelmente ajudariam a esclarecer as dúvidas dos
124 membros da plenária que não estiveram presentes nas reuniões anteriores. Aproveitou o momento
125 para reforçar a importância da gestão democrática e participativa, lembrando a todos que não
126 estavam ali para expressar opiniões pessoais, mas sim para representar as diretrizes de suas
127 respectivas instituições. Em seguida, passou a palavra para o Sr. Thiers, que fizesse a
128 apresentação da manifestação da Sociedade Civil. Ele iniciou sua fala agradecendo ao Sr.
129 Fernando e a Sr. Rafaela pelos esclarecimentos, destacando a importância de entender a diferença
130 entre o que é cobrado nas contas de consumo e o que é o PPU. Ele explicou que, pela Lei 9.433,
131 o PPU não é um tributo ou uma tarifa, mas sim um instrumento de gestão pelo uso de um bem
132 da União. Em seguida, apresentou os principais pontos da manifestação da sociedade civil: 1) *Necessidade de Recursos*: Ele descreveu a situação crítica da bacia do Rio Macaé, que sofre com
133 as mudanças climáticas, o aumento populacional e a especulação imobiliária. Thiers argumentou
134 que a falta de recursos e pessoal impede o comitê de gerir a bacia de forma eficaz, limitando as
135 ações a projetos pontuais em vez de uma restauração em larga escala. Ele criticou o baixo
136 orçamento das secretarias de meio ambiente municipais, ressaltando que o PPU, como está, não
137 é suficiente para a dimensão dos desafios. 2) *Ausência de Isonomia*: Ele refutou a necessidade
138 de igualar o PPU entre os setores de saneamento e o de energia. Thiers explicou que o saneamento
139 é um serviço de interesse social, enquanto a atividade das termelétricas é um investimento
140 privado, sem o mesmo interesse público. Ele mencionou que o lucro dessas empresas,
141 proveniente do sistema nacional, não beneficia a bacia. 3) *Investimento no Estudo*: Por fim,
142 salientou que o estudo que embasou a proposta teve um alto custo e que não havia reajuste desde
143 2018. Ele criticou a incoerência do argumento de impacto social usado pelos usuários, afirmando
144 que, embora os geradores não recebam os fundos da "bandeira vermelha", o aumento da produção
145 de energia, quando acionada, eleva a receita deles. Ele argumentou que era injusto para a
146 sociedade, especialmente para os mais vulneráveis, arcar com uma conta de luz mais cara
147 enquanto os geradores não sentiam a mesma proporcionalidade no reajuste do PPU. Em seguida,
148 reforçou a importância de um aumento escalonado, alegando que o aumento inicial, por si só,
149 não seria significativo. Ele destacou a necessidade de uma arrecadação maior para financiar
150 diagnósticos, projetos de boas práticas e pagamentos por serviços ambientais. Ele citou exemplos
151 da vida real, como a denúncia de um curral sendo construído à beira do Rio Sana, e o Rio Pireneus
152 secando devido à especulação imobiliária. Para ele, esses eram sinais de que a sociedade estava
153 retrocedendo em sua relação com a natureza, e o Comitê precisava intervir com mais recursos.
154 Concluiu seu apelo enfatizando que a proposta de reajuste do PPU, que já havia sido aprovada
155 em Plenária e era baseada em um estudo técnico custoso, era crucial para a sobrevivência da
156

COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS RIOS MACAÉ E DAS OSTRAS

Rua Santa Catarina 219, 5º Andar, Salas 502 e 503, Extensão do Bosque – Rio das Ostras-RJ.

Telefone: (22) 3034-2358:: E-mail: contato@comitemacaeostras.org.br

Site: www.comitemacaeostras.org.br

157 espécie humana. Ele afirmou que não estava falando por ativismo, mas como um cientista, e que
158 a situação do meio ambiente continuaria a piorar drasticamente se não houvesse uma ação
159 imediata e robusta. A Sra. Maria Inês agradeceu suas colocações e mencionou que os resultados
160 do estudo MapBiomas Água mostravam uma situação alarmante e bastante preocupante de
161 escassez hídrica na região Norte Fluminense. Ela reforçou que, embora o abastecimento humano
162 fosse prioritário em momentos de escassez, a meta do Comitê era garantir a operação e o uso da
163 água para todos os parceiros. A Sr. Raphaela Ferreira interveio para esclarecer três pontos
164 levantados pelo Sr. Thiérs. Primeiro, ela argumentou que a insuficiência de recursos do poder
165 público para investir na bacia, que era uma responsabilidade dele, não deveria ser compensada
166 pelos usuários de recursos hídricos. Em seguida, ela abordou a questão da especulação
167 imobiliária, destacando que os novos loteamentos e condomínios de luxo causavam um grande
168 impacto na bacia, mas não eram usuários de recursos hídricos e não contribuíam com o
169 pagamento do PPU. Ela considerou incoerente e injusto atribuir a responsabilidade de compensar
170 o impacto de terceiros aos usuários que estavam representados no comitê. Por fim, Raphaela
171 corrigiu a ideia de que a geração de energia elétrica seria apenas um interesse privado. Ela
172 explicou que era, na verdade, um serviço de interesse público e social, concedido à iniciativa
173 privada por meio de leilões. O objetivo desses leilões era garantir o menor preço para a sociedade,
174 e por isso as empresas operavam com contratos específicos. A Sra. Moema Acselrad trouxe um
175 contexto histórico, lembrando que a lei de cobrança de 2004 foi, ironicamente, muito combatida
176 pela Sociedade Civil na época, e que a atual defesa do instrumento mostrava um grande
177 amadurecimento do grupo ao longo dos anos. Ela então buscou esclarecimentos sobre a proposta
178 dos Usuários, perguntando se ela era uma contraproposta oficial. A sra. Rafaela Ferreira
179 confirmou que sim, e explicou o plano: estender o valor de R\$ 0,08 (já discutido para o
180 saneamento) para todos os usuários, mantendo reajustes anuais com base no IPCA. Ela
181 acrescentou que, com essa correção, o PPU da bacia do Macaé atingiria o patamar de R\$ 0,13
182 em poucos anos. A Sra. Moema Acselrad então prosseguiu dizendo que a escolha não era binária
183 — aprovar ou não aprovar —, mas sim uma decisão entre a proposta original e uma alternativa
184 de "meio-termo". Ela alertou para o discurso de que a cobrança do PPU resolveria todos os
185 problemas ambientais da bacia. Em sua visão, a contribuição dos usuários visava apenas financiar
186 projetos previstos no plano de bacia, não a solução completa para todas as questões. A Sra. Maria
187 Inês a interrompeu explicando que o principal objetivo da cobrança era induzir o uso racional da
188 água. Ela afirmou que os valores do PPU eram historicamente baixos por serem calculados com
189 base no custo marginal, mas que um aumento poderia estimular os usuários, como as
190 termelétricas, a adotarem tecnologias que reduzissem o consumo de água, como o reuso.
191 Portanto, o aumento era um meio de promover a racionalidade, e não apenas uma fonte de receita
192 para projetos. A Sra. Moema Acselrad concordou, mas ressaltou que a cobrança, por si só, não
193 seria suficiente. Ela mencionou a necessidade de outros programas, como os de segurança hídrica
194 da SEAS, e corrigiu um ponto da fala da Sra Rafaela. Ela esclareceu que grandes condomínios
195 que utilizavam água subterrânea com outorga também eram obrigados a pagar o PPU, e não

COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS RIOS MACAÉ E DAS OSTRAS

Rua Santa Catarina 219, 5º Andar, Salas 502 e 503, Extensão do Bosque – Rio das Ostras-RJ.

Telefone: (22) 3034-2358:: E-mail: contato@comitemacaeostras.org.br

Site: www.comitemacaeostras.org.br

196 estavam isentos de contribuir. Ela concluiu sua intervenção desejando que o grupo chegasse a
197 uma solução que agradasse a todos, mesmo que não fosse a ideal para um único setor. A palavra
198 foi passada ao Sr. Leonardo Fernandes que começou destacando que a Sra. Moema havia
199 capturado pontos essenciais. Ele, então, parabenizou a dinâmica da discussão, descrevendo-a
200 como um ponto de virada na reunião. Segundo ele, o impasse que existia estava sendo colocado
201 sobre a mesa e todos estavam encarando-o com clareza e maturidade. Ele elogiou a decisão da
202 presidente em compartilhar os relatórios, que por algum engano, não tinham sido enviados
203 anteriormente. Prosseguiu mencionando que a apresentação dos relatórios o fez compreender
204 melhor o funcionamento da cobrança para usuários que contribuem com uma grande parte da
205 receita, principalmente as Térmicas. Continuou agradecendo o esclarecimento da Sra. Raphaela,
206 ele entendeu que a regra de cobrança, pactuada em 2017, ainda estava em vigor e era crucial para
207 a margem de cálculo e a viabilidade econômica do setor. Ele ressaltou a importância da fala do
208 Sr. Thiers, que trouxe um olhar macro sobre a situação. Ele enfatizou que as massas hidrográficas
209 do Estado estavam em péssimo estado, e que o próprio Estado passava por uma recuperação
210 fiscal, com seu salário defasado há anos. Apesar disso, ele reconheceu que o grupo tinha recursos,
211 mesmo que limitados, para realizar ações. Ele comentou que um dos grandes problemas era a
212 dificuldade em gastar o dinheiro disponível. Ele achou positivo o fato de que os saldos financeiros
213 não foram colocados como um impedimento para discutir o aumento do PPU, isso mostrava a
214 maturidade do setor Usuário, que reconhecia a necessidade de elevar o valor, mesmo que o
215 princípio de considerar a água como um bem econômico ainda não fosse plenamente aplicado.
216 Ele fez uma analogia, comparando os usuários à "galinha dos ovos de ouro" de onde vêm os
217 recursos, e afirmou que era preciso tratá-los com parcimônia. Para ele, era fundamental que o
218 aumento dos valores de cobrança não "doesse" a essa galinha, comprometendo sua capacidade
219 de gerar receita. Ele se referiu à preocupação do Sr. Fernando sobre o prejuízo dos usuários, que,
220 segundo ele, inviabilizava o estudo da RH. Prosseguiu admitindo que o estudo da RH não seria
221 o primeiro nem o último a ser pago e, no final, talvez não servisse para nada, mas que serviu para
222 que todos estivessem ali debatendo e chegando a um acordo. Ele então propôs um "caminho do
223 meio", inspirado na filosofia de Gandhi. Sua sugestão, que ele descreveu como sua conclusão,
224 era a de aumentar o PPU, com os Usuários considerando um aumento de R\$ 0,08, que eles já
225 haviam sinalizado ser factível, e que seria corrigido pelo IPCA. Por fim, ele sugeriu uma nova
226 discussão em 2029, quando o valor já estaria em R\$ 0,13, segundo os cálculos da Sra. Raphaela.
227 Nesse momento, as novas outorgas, contratos e tecnologias poderiam ser considerados para uma
228 nova metodologia de cálculo, mas que, por ora, a sugestão era manter a regra atual para não
229 arriscar "sangrar a galinha". A palavra foi passada ao Sr. Affonso Albuquerque que focou na
230 questão do reajuste do IPCA. Ele explicou que, embora as empresas considerem a inflação em
231 seus custos, para a arrecadação do Comitê, isso não representava um aumento real, mas sim uma
232 mera reposição da perda de poder de compra. Em sua análise, o reajuste não constituía um
233 "aumento real" no valor arrecadado. Ele aproveitou para ressaltar a importância da participação
234 dos membros nas instâncias do Comitê, como as oficinas e câmaras técnicas. Questionou por que

COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS RIOS MACAÉ E DAS OSTRAS

Rua Santa Catarina 219, 5º Andar, Salas 502 e 503, Extensão do Bosque – Rio das Ostras-RJ.

Telefone: (22) 3034-2358:: E-mail: contato@comitemacaeostras.org.br

Site: www.comitemacaeostras.org.br

235 o relatório do RUA não havia sido contestado antes, quando foi apresentado nas plenárias de
236 2024 e na oficina de 2025. Por fim, criticou a falta de participação, que, em sua visão, tornava as
237 discussões finais mais complexas. A Sra. Maria Inês corroborou, confirmado que apenas um
238 representante das Térmicas estava presente na oficina de maio de 2025 e não havia feito o
239 questionamento. Por fim, propôs a condução da votação, sugerindo que as opções fossem
240 simplificadas para: aceitar a resolução original, aceitar a proposta dos usuários ou se abster. A
241 palavra foi passada ao Sr. Reginaldo Ramos que demonstrou grande satisfação com a discussão,
242 parabenizando o grupo pela maturidade e compromisso com as águas e o meio ambiente. Ele se
243 identificou como representante do setor Usuário de Saneamento e mencionou que, durante a
244 oficina, havia conversado com a Sociedade Civil sobre o impacto que o aumento para R\$ 0,15
245 causaria, especialmente para os mais vulneráveis. Ele considerou um avanço o consenso de
246 estabilizar o valor em R\$ 0,0 para o setor de saneamento. Ele destacou a grande oportunidade de
247 aumentar a arrecadação do Comitê de forma imediata, já no ano seguinte. Segundo ele, o aumento
248 para R\$ 0,08 resultaria em um incremento de 22% a 25% na arrecadação já em 2026, o que
249 permitiria um aumento significativo na capacidade de investimento em projetos. Ele apoiou a
250 proposta do Sr. Leonardo de reavaliar o valor em 2029, afirmando que essa medida evitaria uma
251 possível judicialização do preço do PPU, o que seria "péssimo" para todos, pois manteria o valor
252 em 6 centavos. Ele concordou com a fala do Sr. Thiers sobre a situação de crise hídrica na bacia
253 do Macaé e a necessidade urgente de investimentos. Prosseguiu compartilhando que a CEDAE
254 estava conseguindo viabilizar internamente o programa "Replantando Vidas" para melhorar as
255 matas ciliares no entorno do rio Macaé. Ele reforçou a importância de aproveitar a oportunidade
256 do momento para avançar no aumento da cobrança, observando que o consenso para o aumento
257 de 22% era geral, abrangendo todos os setores de usuários. Ele concluiu sua fala concordando a
258 opinião de Sra. Moema de que, apesar de o grupo estar comprometido com a preservação das
259 águas, não seria possível resolver todos os problemas ambientais. No entanto, ele enfatizou que,
260 ao aprovar o aumento para R\$ 0,08, o Comitê teria a oportunidade de garantir um acréscimo de
261 30% em recursos nos próximos cinco anos, o que ele considerou um "passo fantástico" para o
262 grupo. A palavra foi passada a Sra. Adriana que elogiou o debate e a maturidade dos
263 participantes, reconhecendo a complexidade de discutir o tema da cobrança com os diferentes
264 setores — usuário, sociedade civil e poder público. Ela cumprimentou o Sr. Affonso por ter
265 lembrado a todos que a proposta de reajuste não era um "aumento", mas sim uma compensação
266 pela inflação, um ponto que ela considerou fundamental e verdadeiro. Ressaltou que a discussão
267 sobre os valores da cobrança não deveria ser vista como uma disputa de interesses. Para ela, o
268 interesse dos Usuários era o mesmo da Sociedade Civil: garantir a quantidade e qualidade da
269 água, um recurso essencial para os negócios dos Usuários. Ela introduziu um terceiro ponto,
270 destacando que a gestão da cobrança deveria considerar as atividades que impunham um peso
271 desproporcional ao sistema hídrico. Como exemplo, ela citou as Termelétricas, mencionando
272 que, além do uso da água, essas empresas contribuíam para a emissão de gases de efeito estufa,
273 o que agravava a projeção de uma redução de 40% na disponibilidade hídrica do Norte

COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS RIOS MACAÉ E DAS OSTRAS

Rua Santa Catarina 219, 5º Andar, Salas 502 e 503, Extensão do Bosque – Rio das Ostras-RJ.

Telefone: (22) 3034-2358:: E-mail: contato@comitemacaeostras.org.br

Site: www.comitemacaeostras.org.br

274 Fluminense. Ela argumentou que esse fator ecossistêmico deveria ser incluído na metodologia
275 de cobrança, o que, segundo ela, ainda não estava refletido no debate do Comitê. Mencionou que
276 o Fórum Fluminense já discutia a inclusão da crise climática na gestão de recursos hídricos e
277 alertou que a falta de consideração desse fator já estava gerando litigâncias climáticas no
278 judiciário brasileiro. Por fim, ela fez um apelo para que, a partir de 2026, o Comitê incluísse a
279 mitigação e a adaptação climática em seus instrumentos de gestão. A palavra foi passada ao Sr.
280 Lucas Bernardes, ele explicou que o Ministério Público em seu trabalho, tinha como um dos
281 eixos estratégicos o acompanhamento da correta valoração da água como bem econômico, o que
282 era essencial para financiar as ações previstas nos planos de bacia. Ele observou que, apesar de
283 a arrecadação não ser suficiente para custear todas as necessidades da bacia, era um recurso
284 importante para a concretização dessas ações. Em sua função fiscalizadora, ele esclareceu que o
285 Ministério Público havia mapeado deficiências no órgão gestor ambiental, como a falta de
286 fiscalização das outorgas, a existência de pendências na análise de outorgas e outros fatores que
287 impactavam diretamente a arrecadação e a gestão de recursos hídricos. Ele fez questão de deixar
288 claro que essa deficiência do órgão gestor impactava diretamente a arrecadação pela cobrança.
289 Apesar de o Ministério Público não ser um membro do Comitê, ele fez esses esclarecimentos e
290 disse que o órgão mantinha uma posição reservada em alguns pontos do debate. Por fim, ele
291 enfatizou que, como o Comitê era o "Parlamento das Águas", era ideal buscar sempre um meio-
292 termo. Ele considerou que as "promessas de judicialização" eram o pior caminho possível, e que
293 o Ministério Público sempre trabalhava com a prevenção para evitar esse tipo de situação. Ele
294 concluiu afirmando que o processo, até então, havia obedecido a todos os ditames democráticos
295 da política de recursos hídricos e, salvo algum fato desconhecido, as deliberações eram válidas.
296 Ele finalizou a fala esperando que os envolvidos não seguissem pelo caminho da judicialização.
297 A palavra retorna a Sra. Maria Inês que confirmou a forma como a votação seria conduzida. Ela
298 explicou que a enquete teria três opções para votação: a aprovação da resolução, que previa um
299 aumento escalonado para os demais setores e um aumento fixo de R\$ 0,08 para o saneamento; a
300 aprovação da proposta dos usuários, que defendia um aumento fixo para todos os setores; ou a
301 abstenção. O Sr. Fernando Medina interveio, dizendo que a proposta apresentada pela Sra. Maria
302 Inês não era a que os Usuários haviam feito. Ele argumentou que as opções de votação deveriam
303 se basear nas propostas que estavam em pauta e que deveriam ter sido compartilhadas
304 anteriormente. Por fim, ele questionou como seria feito o controle para garantir que apenas os
305 membros com direito a voto participariam da votação, sugerindo que a reunião também tinha
306 ouvintes. A Sra. Raphaela Ferreira sugeriu que a votação fosse aberta. Iniciada a discussão da
307 forma com seria elaborada a enquete para votação o Sr. Fernando Medina fez um esclarecimento
308 sobre a metodologia do aumento e informou que aquele aumento haveria ainda o acréscimo do
309 IPCA, e solicitou que fosse registrado em ata essa informação. O Sr. Affonso em resposta o Sr.
310 Fernando Medina, solicitou que fosse incluído que ele estava pedindo que se coloque uma coisa
311 que foi aprovada pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Em contrarresposta o Sr.
312 Fernando Medina argumenta que não solicitou a inclusão dessa informação, que apenas fez um

COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS RIOS MACAÉ E DAS OSTRAS

Rua Santa Catarina 219, 5º Andar, Salas 502 e 503, Extensão do Bosque – Rio das Ostras-RJ.

Telefone: (22) 3034-2358:: E-mail: contato@comitemacaeostras.org.br

Site: www.comitemacaeostras.org.br

313 adendo de esclarecimento. Finalizado o debate, a enquete foi assim definida: *Proposta 01 -*
314 *Aprovação da Minuta de Resolução: 2026 - R\$ 0,084/ 2027 - R\$ 0,11/ 2028 - 0,11/ 2028 - R\$*
315 *0,13/ 2029 - R\$ 0,15 (R\$ 0,084 fixo para o saneamento); Proposta 02 - Aprovação da proposta*
316 *de reajuste de R\$ 0,084 para todos os setores a partir de 2026; Proposta 03 - Abstenção.*
317 Realizada a votação a proposta 01 obteve 13 votos (EMATER, Prefeitura de Macaé, Prefeitura
318 de Rio das Ostras, Prefeitura de Conceição, IFF-Macaé, CECNA, Instituto Visão Social,
319 AGEANF, Instituto Bioacqua, Movimento SOS Praia do Pecado, Gleba Maria Amalia, Casa dos
320 Saberes, Associação Raízes); a proposta 02 obteve 10 votos (SEAS, BRK, EDF, Rio
321 +Saneamento, Marlim Azul, CEDAE, IPAR, Associação de Pescadores, Vale Azul,
322 ABRAGEL); a proposta 03 obteve 02 votos (SAAE-RO, Prefeitura de Nova Friburgo); desta
323 forma a proposta 01 foi a vencedora. Finalizado a votação a Sra. Raphaela Ferreira solicitou que
324 fosse elaborada uma resolução que definisse parâmetros para a realização de votações digitais.
325 Realizada as considerações a Sra. Maria Inês agradeceu os presentes sobre o debate realizado e
326 finalizou o ponto de pauta. Prosseguiu-se para o **ponto de pauta 3**, onde a Sra. Maria Inês
327 explicou que o ponto de pauta se trata da aprovação de ajuda de custo para oito palestrantes que
328 participarão dos eventos Fórum da Sociedade Civil e Fórum Água e Juventude. A Sra. Daniele
329 Pereira explicou que a aprovação deve ser para o número de palestrantes, e não para nomes
330 específicos, para permitir flexibilidade caso haja substituições. A Sra. Maria Inês perguntou sob
331 qual rubrica a verba será aprovada, sendo sugerido pela Sra. Daniele Pereira a rubrica de "*Ações*
332 *de Diretoria*". O ponto de pauta foi sem objeções. Prosseguiu-se para o **ponto de pauta 4**, a Sra.
333 Maria Inês explica que o ponto de pauta é referente à aprovação de verba para a aquisição de um
334 prêmio para o Fórum Água e Juventude. A premiação seria para um concurso de fotografia com
335 o tema "Como estão os rios?", onde os alunos das escolas participantes tirariam fotos de rios, e a
336 melhor foto seria premiada com um tablet. Foi solicitado o aporte de R\$ 1.000,00 para aquisição
337 do objeto proposto, sendo sugerido que o valor seja retirado da rubrica "*Novas ações de educação*
338 *ambiental*", pois essa possui mais recursos disponíveis, e o concurso se enquadra na temática. A
339 proposta é aprovada por unanimidade. Prosseguiu-se com a discussão sobre a possibilidade de
340 um segundo prêmio, um tapete de jogo de tabuleiro do Comitê em tamanho real para a escola. A
341 Sra. Daniele Pereira explicou que o custo da confecção do tapete é muito alto e inviável, cerca
342 de R\$ 20.000,00, e que a ideia não foi totalmente desenvolvida. Finalizada a explicou a Plenária
343 decide não aprovar o aporte de recurso para aquisição do tapete no momento. A premiação para
344 a escola será discutida e deliberada posteriormente. A palavra foi passada a Sra. Raphaela
345 Ferreira que sugeriu que as escolas premiadas recebam como brinde uma maquete 3D da Dacia
346 do Rio Macaé e das Ostras. Ela menciona que a empresa doou duas dessas maquetes ao Comitê
347 de Bacia há dois anos e acredita que elas estejam atualmente com o Consórcio. Ela ressaltou que
348 as maquetes já foram usadas com sucesso em outros eventos e seriam um prêmio valioso para as
349 escolas. A Sra. Maria Inês e o Sr. Reginaldo Ramos consideram a ideia excelente para a educação
350 ambiental. A Sra. Maria Inês esclareceu que a maquete seria doada e ficaria com a escola,
351 levantando um ponto importante para o debate. Foi deliberado que a discussão sobre a viabilidade

COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS RIOS MACAÉ E DAS OSTRAS

Rua Santa Catarina 219, 5º Andar, Salas 502 e 503, Extensão do Bosque – Rio das Ostras-RJ.

Telefone: (22) 3034-2358:: E-mail: contato@comitemacaeostras.org.br

Site: www.comitemacaeostras.org.br

352 da premiação com as maquetes será levada para na próxima reunião da CTEACOM. A Sra.
353 Raphaela Ferreira se ofereceu para participar da discussão e ajudar no levantamento de custos
354 para a confecção de novas maquetes, caso seja necessário. A palavra foi passada ao Sr. Thiago
355 Cardoso que questionou a Sra. Raphaela Ferreira em qual ano a referida maquete foi doada ao
356 CILSJ e quem a recebeu, pois não há registro de recebimento do material na Entidade. A Sra.
357 Raphaela Ferreira informou que iria verificar internamente e que retornaria posteriormente com
358 a resposta. No **ponto de pauta 5**, a Sra. Maria Inês solicitou a aprovação de ajuda de custo para
359 o diretor Johnny Abrahão, que irá participar do 15º Encontro Nacional de Gestão de Regiões
360 Costeiras. Ela explicou que o Sr. Johnny apresentará um trabalho sobre a criação da Unidade de
361 Conservação Costeira Marinha da restinga Sarnambi, o que é de grande importância para a
362 região. O Sr. Johnny Abrahão ressaltou que o evento irá discutir o Plano Nacional de
363 Gerenciamento Costeiro, o que terá impacto nos planos estaduais e municipais, e que ele
364 representará o Comitê no grupo de trabalho sobre ordenamento territorial. A Sra. Maria Inês
365 complementou, dizendo que a participação dele é fundamental para o workshop de gestão de
366 águas planejado para o ano seguinte. Finalizada a explicação o Comitê autorizou o pagamento
367 de R\$ 1.693,00 ao Sr. Johnny Abrahão em forma ajuda de custo, que saíra da rubrica “*Ações de
368 Diretoria*”. Prosseguiu-se para o **ponto de pauta 6**, a Sra. Maria Inês apresentou a minuta de
369 resolução sobre o uso de transporte em eventos. A ideia é permitir que, quando houver vagas
370 ociosas em vans contratadas para transportar membros do Comitê, essas vagas possam ser
371 oferecidas a convidados de membros que participam de coletivos e organizações não
372 institucionalizadas. As diretrizes para a disponibilização do transporte são as seguintes: a) A
373 prioridade é para os membros do CBH; b) A utilização por convidados só será permitida se
374 houver vagas disponíveis e nas rotas pré-estabelecidas; c) A autorização deve ser concedida pela
375 presidência do Comitê antes do evento. A Sra. Maria Inês explicou que a proposta visa evitar que
376 os transportes circulem vazios, além de apoiar coletivos parceiros e dar maior visibilidade às
377 ações do Comitê. A resolução também remove a restrição que limitava o apoio com transporte
378 somente para eventos fora da área de residência dos membros. Finalizada a explicação, a
379 resolução foi aprovada por consenso entre os participantes. Prosseguiu-se para o **ponto de pauta
380 7**, a Sra. Maria Inês explicou que a pauta consiste na elaboração de uma carta de recomendação
381 para o Fórum Nacional de Comitês, sugerindo que se evite o uso de plásticos em eventos. Como
382 ainda não há um rascunho da carta, ela propôs que a Plenária aprovasse a ideia em conceito e
383 delegue a tarefa à delegação do Comitê que estará presente no Encontro Nacional de Comitês de
384 Bacia (ENCOB). Essa delegação, composta por diretores e membros, seria responsável por
385 redigir a carta e entregá-la à nova coordenação do Fórum. O Sr. Affonso Albuquerque sugeriu
386 que, além da carta, o Comitê adote uma resolução interna para eliminar o uso de plástico em seus
387 próprios eventos. A Sra. Maria Inês concordou, mas ressaltou que isso pode aumentar os custos.
388 O Sr. Reginaldo Ramos concordou com a iniciativa, entretanto mostrou preocupação com os
389 riscos sanitários e a viabilidade da medida. O Sr. Affonso Albuquerque defendeu que, pelo
390 menos, canudos de papel devam ser usados para proteger a vida marinha. A Sra. Maria Inês

COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS RIOS MACAÉ E DAS OSTRAS

Rua Santa Catarina 219, 5º Andar, Salas 502 e 503, Extensão do Bosque – Rio das Ostras-RJ.

Telefone: (22) 3034-2358:: E-mail: contato@comitemacaeostras.org.br

Site: www.comitemacaeostras.org.br

391 finalizou o debate, propondo que a delegação do comitê no ENCOB aprofunde a discussão,
392 levando em consideração os diferentes tipos de plásticos. A plenária aprovou a delegação da
393 tarefa, e a Sra. Maria Inês se comprometeu a preparar uma apresentação sobre o tema para uma
394 futura discussão. Prosseguiu-se para o **ponto de pauta 8**, o Sr. Reginaldo Ramos propôs a
395 realização de um seminário sobre saneamento básico para março de 2026, com o tema "Rumo à
396 Universalização". A ideia é que o evento, seja realizado em Macaé e com apoio logístico do IFF,
397 e promova a integração entre concessionárias, poder público e sociedade civil. O seminário teria
398 palestras durante o dia todo, focando em palestrantes da própria região e com a possibilidade de
399 stands para que os envolvidos pudessem divulgar suas ações. A previsão de público é de 100
400 pessoas, e o Comitê arcaria apenas com os custos de organização e coffee break. O Comitê
401 reconheceu a importância do evento e aprovou a sua realização, porém foram realizadas as
402 seguintes observações: 1) Verificar junto ao IFF a disponibilidade de uso do local na data
403 proposta; 2) Incluir o debate sobre tema de Saneamento Rural; 3) Inclusão no Plano de Aplicação
404 de Recursos (PAD) para que os custos sejam devidamente considerados no orçamento. A Sra.
405 Maria Inês solicita que o GT Saneamento envie o planejamento para a CTEACOM para o
406 detalhamento da programação e organização do evento. O Sr. Otávio Martins, agradeceu o apoio
407 e destaca que o seminário é uma oportunidade única para o setor de saneamento se conectar com
408 a população. Prosseguiu-se para o **ponto de pauta 9**, a Sra. Daniele Pereira explicou sobre a
409 aprovação da impressão de novos materiais. A impressão inclui a revista de atividades e ímãs de
410 geladeira. Informou que a Coordenadoria de Juventude de Macaé solicitou 5.000 exemplares da
411 revista, o que comprometeria todo o estoque se apenas essa quantidade fosse impressa. Ela
412 apresentou os valores das propostas comerciais referente a 2.500 ímãs de geladeira e 5.000 ou
413 10.000 revistas, cabendo a Plenária deliberar sobre o quantitativo. A Sra. Maria Inês propõe que
414 a plenária aprove a impressão de 2.500 ímãs e 5.000 revistas, argumentando que a diferença de
415 custo para imprimir 10.000 revistas é alta e que a comunicação com a Coordenadoria de
416 Juventude de Macaé não tem sido fluida, citando como exemplo o projeto do "Caderno da
417 Juventude" que não teve prosseguimento por falta de retorno deles. A Sra. Maria Inês sugeriu
418 que a coordenadoria busque apoio financeiro da própria prefeitura de Macaé. Finalizada as
419 considerações foi deliberada a impressão de 2.500 ímãs e 5.000 revistas, devendo o recurso
420 aportado ser oriundo da rubrica "Educação Ambiental". Prossegundo para o **ponto de pauta 10**,
421 a Sra. Maria Inês informou que o Comitê se manifestou oficialmente sobre o Projeto de Lei (PL)
422 259/2021. A decisão de emitir a manifestação foi tomada inicialmente pela diretoria, depois pela
423 CTIG, e foi aprovada por *"ad referendum"* para atender a um prazo de envio. A manifestação,
424 que solicitava o veto total do projeto de lei, foi enviada ao gabinete da Presidência da República
425 antes do voto parcial do presidente. A Sra. Maria Inês destacou que, mesmo com o voto sendo
426 apenas parcial, o Comitê cumpriu sua missão de dar visibilidade ao que considerava uma questão
427 grave. Prossegundo para o **ponto de pauta 11**, A Sra. Maria Inês informou sobre a aprovação,
428 *"ad referendum"*, da participação de dois jovens do Grupo de Trabalho de Juventudes no
429 Encontro Nacional de Comitês de Bacia (ENCOB). Com a adição desses dois jovens, a delegação

COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS RIOS MACAÉ E DAS OSTRAS

Rua Santa Catarina 219, 5º Andar, Salas 502 e 503, Extensão do Bosque – Rio das Ostras-RJ.

Telefone: (22) 3034-2358:: E-mail: contato@comitemacaeostras.org.br

Site: www.comitemacaeostras.org.br

430 do Comitê de Bacias Hidrográficas (CBH) contará com um total de quatro jovens, incluindo a
431 coordenadora do grupo, Thayná Fernandes. Prosseguindo para o **ponto de pauta** 12, a Sra. Maria
432 Inês informou que com a saída do CEIVAP da CTIG do CERHI, o Comitê manifestou o interesse
433 em participar da referida câmara aproveitando-se da vacância. Dessa forma, foi indicado o Sr.
434 Thiérs Porfírio como representante do Comitê na instância citada. Não havendo nada mais a
435 tratar, a presente ata foi lavrada por Thiago J S Cardoso e assinada pela Diretora Presidente do
436 CBH Macaé Ostras, Sra. Maria Inês Paes Ferreira.
437

MARIA INES PAES FERREIRA

Diretora-Presidente

THIAGO J S CARDOSO

Assistente Administrativo

CILSJ – Entidade Delegatária

Aprovada em 28 de novembro de 2025